

SQUIRJ participa de Audiência Pública sobre Incentivos Fiscais na ALERJ

Aprovação do PL 1.431, sobre a política de incentivos fiscais, gera preocupação

Foi aprovado no dia 1 de novembro o PL 1.431/16, sobre a questão da política de incentivos fiscais. Em texto substitutivo, determinou-se que nos próximos dois anos, o governo do estado só poderá conceder ou renovar incentivos com a aprovação da Alerj, trazendo perda na agilidade necessária à política de incentivos fiscais, desestimulando a tomada de decisão de investimentos.

No dia 19 de outubro, ocorreu audiência pública promovida pela Comissão de Tributação da Alerj, sobre a questão. Na ocasião, representando o setor industrial, a FIRJAN e diversas entidades, dentre elas o SQUIRJ, se posicionaram a favor da política de incentivos fiscais.

De acordo com dados levantados pelo Sistema FIRJAN, e consolidados no estudo Política de incentivos à produção e ao emprego, entre 2005 e 2013, a indústria do Rio criou quase 100 mil novos empregos, e mais de 200 empresas se instalaram no estado, aquecendo a economia e promovendo o desenvolvimento.

A política de incentivos fiscais também foi a responsável por aumentar a arrecadação de ICMS nos 51 municípios beneficiados, passando de R\$ 596 milhões para R\$ 1,2 bilhão, descontados os efeitos da inflação, considerando o período – 2008 a 2013.

Diante desse cenário, a FIRJAN, bem como o SQUIRJ, tem se posicionado contra a liminar concedida pela Justiça do Rio, que impede o governo do estado de conceder, ampliar ou renovar os benefícios fiscais ou financeiros. A medida vale até a apresentação, em 60 dias, de um estudo do impacto orçamentário financeiro de todos os incentivos fiscais.

As entidades entendem que essa decisão é um retrocesso, e alertam que o estado do Rio está prestes a sofrer mais um grande esvaziamento econômico, como o ocorrido nos anos 1980. Acabar com os incentivos fiscais e aumentar o ICMS da indústria é acabar com qualquer esperança de recuperação da economia do Rio.

Com o fim da política de incentivos fiscais, o estado do Rio terá aumento do desemprego – que já atinge quase 1 milhão de fluminenses –, registrará a perda de mais de R\$ 721 milhões em arrecadação e assistirá à migração das grandes empresas para outros estados mais atrativos. Suspender a concessão de incentivos acarreta ainda em grande insegurança jurídica para quem já investiu, ou pretende investir, no estado do Rio.

Na sexta-feira, dia 28 de outubro, o governador licenciado, Luiz Fernando Pezão, se reuniu com o presidente do Sistema FIRJAN, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, e reforçou seu entendimento acerca da política de incentivos fiscais. Segundo ele a economia fluminense só vai se desenvolver e retomar o crescimento, gerando emprego e renda, se o setor produtivo estiver fortalecido.

“Os incentivos concedidos nos últimos anos permitiram que as empresas se instalassem no estado do Rio. Sem eles, não teríamos o polo leiteiro e de carnes, não teríamos o polo da Michelin e toda uma indústria logística que retornou para o estado do Rio”, esclareceu o governador.

Em entrevista concedida logo após sua participação no evento, o governador licenciado afirmou que o estado vai recorrer da decisão da Justiça que proíbe a renovação ou concessão de novos incentivos.

Ainda em defesa da política de incentivos fiscais, a FIRJAN entrará com ação para se tornar *Amicus Curiae*, para fornecer subsídios às decisões dos tribunais, que devem tratar, caso a caso, as irregularidades alegadas pelo Ministério Público na concessão de incentivos. A FIRJAN conta com o apoio do SQUIRJ e outras entidades na defesa do setor industrial fluminense.

Editorial

Bom senso a todos

A aprovação da PEC 241 foi importante por questões políticas, e, sobretudo, pela credibilidade ganha pelo governo para conduzir a economia.

A PEC é o primeiro passo para nos afastarmos do abismo fiscal resultante da crença que os gastos públicos não têm limites e que a dívida pública pode crescer infinitamente. França, Austrália, México, dentre outros, adotaram, com bons resultados, regras fiscais para limitar despesas do setor público e melhorar o controle sobre as prioridades para gastos.

Cada país com suas nuances, o nosso ajuste tem que ser gradual para não agravar a recessão, e a inovação por aqui é que o ajuste se baseia no corte de gastos e não no aumento de receitas. A PEC estabelece um teto para os gastos, as prioridades têm que ser encaixadas, via negociações entre os congressistas, abaixo do teto estabelecido.

Assim, o Congresso terá que priorizar os projetos mais importantes; acabou a demagogia de que “tudo é importante”, fugindo do desgaste da discussão de quais projetos são prioritários. Os políticos terão que sair da zona de conforto e não poderão aprovar tudo e depois culpar a inflação pelo descontrole das contas públicas.

A PEC melhorou o ânimo dos investidores e neste clima iniciativas como a oficina “Gás para Crescer” (MME + EPE + ANP) têm maiores possibilidades de chegar a bom termo.

Organizar o mercado de gás natural é crucial para a competitividade do setor químico, e, em particular, a distinção de preços entre o uso energético e não energético e também a disponibilização dos líquidos do gás natural para serem utilizados como matéria-prima. Não há uma correlação direta entre a PEC e os preços diferenciados para o gás natural, mas a confiança que estamos no caminho certo, estimula a retomada de uma pauta positiva para a indústria e para o setor químico.

Produção da indústria volta a crescer em setembro

A indústria brasileira voltou a dar algum sinal positivo em setembro. Na comparação com agosto, a produção do setor subiu 0,5%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado levemente positivo veio depois de duas quedas seguidas. Em agosto, frente a julho, foi registrada baixa de 3,5% e em julho, na comparação com junho, houve retração de 0,1% – os números foram revisados.

Apesar do leve aumento, o IBGE lembra que a indústria ainda está 20,7% abaixo do nível recorde atingido em 2013. "Tem que relativizar o crescimento de 0,5%, porque ele se dá em cima de duas quedas seguidas, e uma delas expressiva", destacou o economista do IBGE André Macedo.

Os resultados foram ligeiramente melhores do que as expectativas de alta de 0,4% na base mensal e de recuo de 5,2% sobre o ano anterior na mediana das projeções em pesquisa da agência Reuters.

De agosto para setembro, cresceu a produção de itens alimentícios (de -8% para 6,4%), indústrias extrativas (de -1,7% para 2,6%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (de -12% para 4,8%).

Macedo explicou que esses três ramos têm representatividade expressiva na pesquisa, de 35% do setor industrial. "Todas as justificativas à menor intensidade da produção industrial esse ano permanecem, como demanda enfraquecida, mercado de trabalho demissionário, renda menor e preços ainda elevados", afirmou o economista. "Enquanto esses fatores permanecerem, vão provocar essa instabilidade."

Por outro lado, recuaram as produções de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-8,1%), de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (-2,7%), de produtos de minerais não-metálicos (-5,0%) e de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-6,2%).

Os destaques positivos em setembro foram as altas de 1,2% de bens intermediários e de 1,9% de bens de consumo duráveis na comparação com agosto. Os ganhos, entretanto, foram insuficientes para recuperar as quedas vistas em agosto de 3,6% e 6,4%, respectivamente.

Por outro lado, bens de capital, uma medida de investimento, apresentaram recuo de 5,1%, a terceira leitura negativa para a categoria.

Dos 28 setores pesquisados pelo IBGE, 9 registraram crescimento.

Fonte: G1

Confiança da indústria recua em outubro, aponta FGV

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) recuou 1,6 ponto em outubro, para 86,6 pontos, informa a Sondagem da Indústria de Transformação, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na comparação com outubro do ano passado, houve alta de 10,3 pontos.

Na métrica de médias móveis trimestrais, o índice mantém-se relativamente estável, ao passar de 87,1 para 87,0 pontos. Para a FGV, esse resultado sugere uma acomodação da confiança do setor neste segundo semestre. Na prévia da sondagem, divulgada semana passada, o indicador caía menos, 1,3 ponto.

"O tombo da produção física em agosto registrado pelo IBGE não representou uma reversão da tendência de recuperação da economia, mas mostrou que o ritmo de retomada será bem mais lento do que o setor industrial previa no início deste semestre. Com expectativas sendo calibradas para baixo, Nuci em queda e os indicadores que medem a situação corrente andando de lado, a Sondagem retrata uma evidente perda de fôlego em relação à aceleração produtiva que se desenhava entre março e julho passados", afirma Aloisio Campelo Junior, superintendente de Estatísticas Públicas da FGV-Ibre.

A queda da confiança em outubro foi disseminada, ao atingir 15 dos 19 segmentos pesquisados. Houve piora tanto das avaliações sobre a situação atual quanto das expectativas em relação aos meses seguintes. O Índice da Situação Atual (ISA) recuou 1,8 ponto, para 84,9 pontos, o menor nível desde junho; o Índice de Expectativas (IE) caiu 1,4 ponto, para 88,4 pontos.

Após evoluir favoravelmente nos meses anteriores, chegando próximo a uma situação de normalidade, em outubro as avaliações sobre os estoques voltaram a piorar, contribuindo para a queda do ISA. O percentual de empresas avaliando o nível atual de estoques de seus produtos como excessivos manteve-se estável em 12,7%, o menor percentual desde janeiro de 2015 (11,5%). Ao mesmo tempo, a parcela de empresas que consideram os estoques insuficientes caiu de 7,1% para 4,8% do total.

A expectativa com a evolução do pessoal ocupado nos três meses seguintes exerceu a maior contribuição para a piora do IE em outubro. O indicador caiu 3,8 pontos, para 84,9 pontos, a terceira queda consecutiva. O percentual de empresas prevendo aumento do quadro de pessoal nos meses seguintes caiu de 12,5% em setembro para 10,9% em outubro, enquanto o dos que esperam diminuição aumentou de 22,1% para 23,2%.

A indústria também ficou mais ociosa em outubro. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) diminuiu 1,0 ponto percentual, para 73,7% em outubro. Com o resultado, o Nuci retorna ao nível de março e fica apenas 0,1 ponto acima do mínimo histórico da série (73,6%), registrado em fevereiro passado.

A sondagem de outubro coletou informações de 1.121 empresas entre os dias 03 e 27 deste mês.

Fonte: Valor

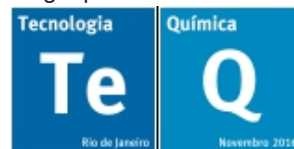
TeQ - Feira Internacional de Fornecedores da Indústria

Acontecerá nos dias 8 a 10 de novembro, no Centro de Convenções Riocentro, a Feira Internacional de Fornecedores da Indústria, TeQ 2016, organizado pela DEHEMA e pela Hannover Fairs Sulamérica, com apoio institucional do SIQUIRJ e outras entidades.

A feira TeQ será o ponto de encontro para geração de grandes negócios da indústria química brasileira. O evento estreia no Brasil em 2016, com áreas de técnicas de Equipamentos Laboratoriais; Processos Químicos e Biotecnológicos; Processos Farmacêuticos e Alimentícios; Componentes para Plantas; Embalagem, Logística e Armazenamento; Medição, Controle e Automação; Pesquisa e Inovação e Corrosão e Materiais.

Atualmente, não existe nenhuma feira no Brasil direcionada exclusivamente para a indústria química, e um show dessa amplitude traz grandes inovações e diferenciais para o setor.

É uma grande oportunidade para sua empresa. Conheça mais sobre a feira e inscreva-se no site: www.tecnologiaquimica.com.br



SIQUIRJ

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2016/2020

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Marjorie Arias (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Gilson Luiz Maurity Santos
Manoel Moisés Zauberman
Ciro Alves

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Roberto da Silva
Lincoln Martins Rosa
Nélio Augusto Manhães Rodrigues

Suplentes

Roberto Pinho Dias Garcia
Antonio Emilio Simões Meireles
Ronaldo Valle Monteiro

Delegados Representantes junto à FIRJAN

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Manoel Moisés Zauberman